



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Ata da 16ª reunião, realizada em 27 de maio de 2019

1 Em 27 de maio de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Alexandre
6 Magrineli dos Reis, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
7 Carla Raquel Fonseca Corrêa, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária
8 e Abastecimento (Seapa); Laura de Moraes Andrade Coutinho, da Secretaria de
9 Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
10 (Sedectes); Flávia Lo Bueno Leite, da Secretaria de Estado de Cidades e
11 Integração Regional (Secir); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de
12 Governo (Segov); Maria Thereza Hermeto Franco, da Comissão de Meio
13 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado
14 de Minas Gerais (ALMG). Representantes da sociedade civil: Thiago Salles de
15 Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel);
16 Taiana Guimarães Arriel, da Associação Mineira da Indústria Florestal (Amif);
17 Alison Frederico Medeiros Ferreira, da Federação das Indústrias do Estado de
18 Minas Gerais (Fiemg); Rogério Pena Siqueira, da Associação Brasileira de
19 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Andrezza Carla Bueno da Silva, do
20 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1)**
21 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
22 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente Alexandre Magrineli dos Reis
23 declarou aberta a 16ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças
24 Climáticas e comunicou a suspensão da representação da Secretaria de Estado
25 de Turismo (Setur) por motivo de ausências, nos termos do Regimento Interno.
26 **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
27 Conselheira Taiana Guimarães Arriel: “Eu gostaria de cumprimentar os
28 conselheiros e dizer que a Amif sempre trabalhou com uma parceria muito boa
29 com a FEAM, inclusive na DN do Carvão, a 227, que vocês elaboraram no ano
30 passado, e nós participamos. E recentemente, no começo do ano, foram
31 publicados os termos de referência com a planilha, que deve ser entregue até 3
32 de julho pelas empresas produtoras de carvão do Estado. Frente a essa entrega
33 dessa planilha em julho, nós queríamos saber se a FEAM já tem um
34 posicionamento de como vai ser essa fiscalização pós-julho, após as entregas,
35 se vai ter visita de campo, se vai ter uma análise lá dentro, se já tem essa
36 posição.” Presidente Alexandre Magrineli dos Reis: “Não temos a posição aqui,

37 mas pediremos ao Gabinete para dar retorno à entidade.” Conselheira Taiana
38 Guimarães Arriel: “Continuando, na Amif, nós vamos realizar, junto às
39 associadas produtoras de carvão e também a seus fomentados, um curso para
40 unificar os entendimentos de preenchimento dessa planilha e também tirar
41 algumas dúvidas, ver as dificuldades que as empresas estão tendo, e seria
42 interessante se alguém pudesse participar conosco dessa reunião. Nós
43 podemos encaminhar por e-mail quando vai ser, e se alguém puder participar
44 nós agradecemos.” Presidente Alexandre Magrineli dos Reis: “Unifique, por
45 favor, a solicitação de informação geral como esse pedido e encaminhe à
46 Presidência, deixe uma cópia comigo, que olhamos com o presidente nesse
47 sentido.” Conselheira Taiana Guimarães Arriel: “Uma última solicitação ainda,
48 sobre a planilha que foi lançada, que é obrigatório empresas preencherem. Está
49 tendo uma dúvida quanto ao preenchimento na parte de tempo de secagem,
50 que é o que baliza a umidade da madeira de ser marcada. Nós queremos pedir
51 também para colocar uma observação de que aqueles dias de secagem são
52 uma sugestão para a pessoa se batizar e marcar a unidade. Muita gente está
53 tendo dificuldade e falando que aquele dia não é o dia exato em que a pessoa
54 seca a madeira, mas na verdade é para ela marcar a umidade, se não tiver
55 outro método de medir, para se balizar pelos dias de secagem da madeira. Que
56 é só um balizador, não são obrigatórios aqueles dias fechados. Ela pode,
57 inclusive, talvez, anexar como mede essa umidade no final dessa planilha,
58 algum método para mostrar que está fazendo certo.” Presidente Alexandre
59 Magrineli dos Reis: “Por favor, inclua também essa justificativa que foi colocada
60 de forma oral aqui, para que seja avaliado pela equipe que fez a norma, para
61 subsidiar qualquer resposta a vocês.” **4) EXAME DA ATA DA 15ª REUNIÃO DA**
62 **CEM.** Aprovada por unanimidade a ata da 15ª reunião da Câmara de Políticas
63 de Energia e Mudanças Climáticas, realizada em 18 de fevereiro de 2019. Votos
64 favoráveis: Fiemg, Segov, Amif, Abragel e Sedectes. Abstenções: Secir e
65 Seapa. **5) ACOMPANHAMENTO PELO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO**
66 **AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DAS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DA**
67 **BACIA DO RIO PARAOPEBA. Apresentação: Sisema.** Cibele Souza e Luiz
68 Otávio Martins Cruz, da FEAM, fizeram apresentação à Câmara sobre o
69 acompanhamento realizado pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e
70 Recursos Hídricos quanto às ações de recuperação da bacia do rio Paraopeba
71 após o desastre da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da Vale S/A. O
72 conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações.
73 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “O bom é que temos condição de fazer
74 esse monitoramento, Minas Gerais está aparelhado e em condições de fazer.
75 Entretanto, tem coisas que preocupam, e nós, como Abes, temos que chamar
76 atenção. Mercúrio, metais pesados; chumbo. Minha pergunta é a seguinte.
77 Certamente, no resíduo tem mercúrio e chumbo. Concorda?” Luiz Otávio
78 Martins Cruz/FEAM: “Sim. Foi feita uma caracterização dos resíduos, e os
79 resíduos têm uns traços desses materiais. De mercúrio, não, mas de chumbo,

80 tem.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Mas por que a curva de mercúrio
81 cresce a partir do acidente?” Luiz Otávio Martins Cruz/FEAM: “Na verdade, isso
82 aconteceu também no caso da Samarco. Existem esses materiais
83 sedimentados na calha do rio, historicamente, do que é utilizado na região. E
84 quando o rejeito passa ele passa empurrando e revolvendo tudo que está no
85 fundo, o que faz aumentar e descolar. Então alguns metais têm correlação com
86 o rejeito, alguns metais não têm, mas aparecem alto por causa da consequência
87 do rejeito revolvendo a calha do rio.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Outra
88 preocupação que é também da Abes é no sentido da contaminação dos lençóis
89 freáticos. É lógico que, se tem vazamento desses metais, a possibilidade de
90 contaminação do lençol freático nessa área – eu estou falando até os 40 km –
91 também tem que ser estudada. O que está sendo feito?” Luiz Otávio Martins
92 Cruz/FEAM: “Primeiramente, os esforços estão sendo colocados em remover o
93 impacto, mas, depois, todo o procedimento de investigação de áreas
94 contaminadas é aplicado ao local, com caracterização de sedimento de fundo
95 de onde eles tiraram o resíduo e da água subterrânea. Mas isso vai ser feito
96 posteriormente. E nas áreas onde houve inundação e consequente
97 extravasamento da calha do rio e pode ter sido impactado algum poço, isso
98 também vai ser verificado. Mas já foi pedido um levantamento dos poços.”
99 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “É só uma colocação para marcar um lugar
100 que eu acho que é perigoso e que tínhamos que fazer registro.” **6) CENÁRIOS
101 DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. Apresentação: FEAM.** Morjana Moreira dos
102 Anjos, da FEAM, fez apresentação sobre as políticas existentes e a proposição
103 dos cenários para a Estratégia de Transição Energética para o Estado de Minas
104 Gerais. O conteúdo da apresentação foi disponibilizado no site da SEMAD.
105 Manifestações. Presidente Alexandre Magrineli dos Reis: “Eu queria agradecer
106 e parabenizar a colega Morjana, porque eu acho que faz tempo que eu não via
107 um trabalho consistente assim.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Parabéns
108 pelo trabalho. Nós temos acompanhado, tivemos, no ano passado, uma
109 conversa sobre o assunto. A Abes está muito dentro do assunto. Nós temos
110 uma câmara temática dessa área e, principalmente, de resíduos que trata dessa
111 área. E uma câmara de eficiência energética no saneamento e perdas, que
112 também conversa com isso tudo. O momento do Brasil é de se colocar algumas
113 coisas e pensar com as cabeças que estão aí. Eu acho que nós temos que ser
114 conservadores no sentido de pensar o que o conservador vai te perguntar. O
115 primeiro ponto é a questão do petróleo e do preço da importação. Em grande
116 parte, é possível que não estejam nem aí para isso, porque importar ou não,
117 isso talvez não seja pensado como uma fraqueza. Porque é mercado de
118 commodity, então, se o petróleo cair, todo mundo vai querer energia de
119 petróleo. Importado por Minas, importado pelo Brasil, produzido no Brasil, de
120 qualquer jeito não é um risco o preço. Eu estou falando de mercado. Outra coisa
121 é o conservadorismo mineiro em relação às questões energéticas, e cito,
122 especificamente, a questão dos resíduos. Não produzir a partir da utilização de

123 fontes de resíduos, não produzir através da utilização da incineração de
124 resíduos é uma burrice total e que atrasa Minas Gerais. Porque perseguir
125 qualquer tecnologia que seja é uma burrice, o que nós temos que cuidar é da
126 questão ambiental, econômica e social junto. Isso pode-se fazer produzindo
127 energia com resíduos. Inclusive, a social, inclusive, a questão dos catadores
128 embutida. Pela manipulação política, que emburrece isso tudo, que já é da outra
129 ordem. Não é do mesmo pensamento de que eu falei aqui, conservador, talvez
130 um pensamento progressista, mas que é um atraso também. Por exemplo, eu
131 posso dizer que a incineração pode regular o preço do material reciclável. Se no
132 momento estiver muito baixo lá no mercado de negociação, ele tem poder
133 calorífico de tal tamanho que pode ser valorizado pela indústria de geração de
134 energia. Por exemplo, eu estive na SLU, como diretor, e nós fizemos um estudo
135 muito grande, com uma empresa alemã, junto com a Cemig, para implantar uma
136 planta em Belo Horizonte de 30 mw e tivemos que parar o estudo porque entrou
137 no meio uma legislação que eu critico como burra mesmo. Eu estive na Cener,
138 na Espanha, que tem a mesma quantidade de resíduos de Belo Horizonte,
139 queima 2.000 toneladas/dia, abastece Bilbao, com uma planta maravilhosa,
140 totalmente dentro dos parâmetros de emissão e com toda a segurança
141 ambiental possível. Por que não? Esse é outro ponto que vamos enfrentar e que
142 eu acho que está na hora de enfrentarmos também, porque hoje já é momento
143 diferente de quando a lei foi aprovada. Então tem também essa oportunidade de
144 trabalhar por aí.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Inclusive, tem uma
145 proposta dentro da Assembleia pedindo revisão dessa lei. Já que você tem uma
146 nota embasando, eu sugiro que apresente.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira:
147 “Nós temos trabalhado nisso também.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Para
148 fazer esse tipo de cobrança, defender o ponto de vista.” Conselheiro Rogério
149 Pena Siqueira: “Por último, uma pergunta que vão te fazer, certamente, aí já os
150 conservadores: ‘Cadê o dinheiro, onde está o dinheiro?’ Porque todo mundo, na
151 hora que você põe aquilo lá, pergunta: ‘E nós temos o dinheiro, existe o
152 dinheiro, como você vai fazer isso?’ Eu concordo que as metas têm que ser lá
153 em cima, que o planejamento tem que ser lá em cima, mas esses de quem
154 estou falando vão dizer o seguinte: ‘Isso é uma irrealidade, não tem dinheiro.
155 Então por que vamos fazer isso?’ Eles vão dizer isso, não vão ver a conta final,
156 como não fazem a conta final quando eu sempre falo de aterro sanitário. O
157 aterro sanitário, por exemplo, é uma tecnologia atrasada, mas nós vamos a
158 mantendo por causa de preço, mas por causa do preço atual, porque as futuras
159 gerações pagam um preço ambiental na manutenção de um aterro. Eu provo
160 isso a todo momento. O aterro sanitário da BR-040 de Belo Horizonte, por
161 exemplo, gasta R\$ 16 milhões para aterrar uma tonelada de lixo. Então quanto
162 custa a tonelada de lixo aterrada lá? É 1 dividido por zero, custa infinito, se você
163 fizer a conta matemática. Agora, se você fizer a conta social, a população de
164 Belo Horizonte ou Belo Horizonte paga todo ano R\$ 16,5 milhões para manter
165 um aterro. E quem disse que as empresas o farão no futuro? Belo Horizonte faz

166 porque é público. A empresa que tem um aterro quer receber hoje. Ela vai
167 manter esse passivo ambiental, nós vamos garantir isso, se a Vale não garantiu
168 isso? Se a maior empresa, praticamente, de mineração do mundo não garantiu
169 isso em outras condições. Então eu faço essas colocações é para provocar
170 mesmo. Eu acho que temos que fazer e acho que a visão está muito boa, a
171 direção é boa. Parabéns.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Só pontuar
172 algumas coisas, começando pelo petróleo. Eu concordo que é bom vir esse tipo
173 de questionamento, mas, ao mesmo tempo, se observarmos não só no Brasil,
174 mas fora, eu acho que estamos no caminho sem volta para energias renováveis.
175 Então, mesmo que o conservadorismo de Minas ainda venha com uma força
176 muito grande – eu acredito que tem, sim, essa força muito grande –, como eu
177 disse, as forças internacionais, as forças mercadológicas estão todas voltadas
178 para sistemas mais sustentáveis, não só de energia, mas de produção mais
179 sustentável. É a tendência. Então, se o Estado não fizer, você pode ter certeza
180 de que outras pressões vão fazer o caminho para este Estado. Não que chegue
181 um momento em que as energias renováveis tomem conta de tudo – talvez não
182 em 2050, talvez em 2100 –, mas é um caminho, como eu disse, que não tem
183 como mais fugir dele, que está muito bem traçado. Se pegarmos sistema
184 fotovoltaico em 2007, que foi quando eu entrei na universidade, tinha um
185 payback de 20 anos. Hoje já trabalhamos com payback de 3,5 a 5. Então já são
186 tecnologias que estão competitivas.” Presidente Alexandre Magrineli dos Reis:
187 “Só para mostrar como isso está ficando realidade muito premente e até
188 cotidiana, é só pensar que algumas das principais montadoras de carro hoje
189 estão caminhando. ‘Carros elétricos ou híbridos não seriam uma realidade tão
190 cedo no Brasil’. E você já tem hoje uma das principais montadoras do mundo
191 desenvolvendo um motor híbrido específico, bicom bustível, para lançar o carro-
192 chefe de vendas do Brasil. A chinesa trazendo três veículos neste ano. A outra
193 japonesa com uma planta de produção. E lembrando muito da questão das
194 fazendas solares, naquela lógica de cotização de geração, ontem, eu estava em
195 um evento particular, e, entre dois empresários que são amigos, um explicando
196 para o outro a economia que já está tendo em torno de 20% a 30% da sua
197 conta originária de luz porque ele aderiu a um sistema de cotização de uma
198 fazenda solar de uma empresa que já inaugurou não sei quantas fazendas no
199 Estado.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Era disso que eu queria falar,
200 Alexandre. E aí, de novo, chegam alguns lobbies e chegam os interesses
201 nacionais e internacionais para destruir os processos. Nós estamos com a
202 Aneel fazendo a revisão, e a revisão que a Aneel quer fazer, na 687 e na 482, é
203 exatamente para destruir essas fazendas solares, exatamente para quebrar as
204 pernas das fazendas solares. Não dá para entender este país, ele é sempre em
205 uma contramão. E uma colocação sua, ‘o mercado sempre tem a direção’. Eu
206 acho que, pelo mercado, nós vamos resolver um tanto de coisas, sim, a direção
207 é essa, mas não porque o investimento vai vir ou porque os esforços vão ser
208 feitos ou admitidos no risco por governos. Eu acho muito difícil convencer essa

209 parte.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Nós sabemos disso, mas é o que
210 temos que continuar trabalhando, pensando em um cenário mais otimista. Então
211 o nosso objetivo com essa proposta é justamente levar para o Estado uma
212 possibilidade de ele estar inserido nessa discussão, nessa mesa, e quem sabe
213 até uma chance de, junto com o mercado, conseguir regulamentar e inserir essa
214 transição, que, como vários estudos têm demonstrado, vai acontecer mais cedo
215 ou mais tarde. Então o nosso objetivo é justamente isso, tentar trazer para o
216 Estado até mesmo a questão de autonomia, que é uma das nossas propostas,
217 para não ficarmos tanto à mercê da regulamentação em nível nacional. Como
218 você disse da Aneel. Nós sabemos que essa revisão é um desincentivo a
219 qualquer tipo de geração distribuída, mas também, como ainda está em fase de
220 discussão, é a hora de cobrar, de falar que existem outras alternativas e tentar
221 brigar para que esse caminho seja o mais célere possível, que não seja em
222 2100, mas em 2050, como gostaríamos que fosse.” Conselheira Flávia Lo
223 Buono Leite: “Primeiro, parabenizá-la pela apresentação. É um tema de muita
224 importância. Você falou que o decreto hoje é a principal ferramenta que o
225 Estado tem para dar esses incentivos. Quais seriam esses incentivos e por que
226 o decreto está inoperante? Por que não tem dado certo essa política que foi
227 implementada através do decreto?” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Nós
228 fizemos uma análise da efetividade do PMR. Ele foi implantado em 2013, então
229 hoje teríamos em torno de seis anos de decreto, e praticamente não aconteceu
230 nada. Estão previstos incentivos de celeridade na parte de licenciamento
231 ambiental, incentivos tributários, incentivos na parte de criar mecanismos de
232 financiamento de pesquisa e desenvolvimento, porém, tudo ficou, literalmente,
233 no decreto como papel, não teve a parte de implementação efetiva dessas
234 ações. Então, como já identificamos que ele é carente de outros mecanismos,
235 que não são englobados no PMR, nós tivemos várias discussões,
236 principalmente, com a Sedectes, com a Sede, de que seria talvez interessante
237 fazermos um novo diagnóstico, novas projeções e embasar projetos separados.
238 Vai ter um projeto específico para energia renovável, um específico para
239 eficiência energética, para poder tentar tratar isso de forma mais pontual.
240 Porque com uma coisa muito ampla, às vezes, não conseguimos chegar ao
241 caminho que queremos, o que foi um dos problemas do PMR. Nós tivemos uma
242 grande expansão de sistemas fotovoltaicos em Minas Gerais, mas não
243 conseguimos atrelar isso ao PMR, porque os seus incentivos ficaram,
244 basicamente, dentro da parte só de escrita mesmo, e não tivemos os
245 mecanismos implementados. Então o objetivo é refazer para poder ser mais
246 consistente, mais abrangente e conseguir fazer um arcabouço mais firme em
247 termos de implementação das ações.” Conselheiro Thiago Salles de Carvalho:
248 “Você citou uma minuta de resolução que vai chegar para nós?” Morjana
249 Moreira dos Anjos/FEAM: “A primeira seria minuta de lei para fazer a proposta
250 da política de transição energética, e, posteriormente, duas minutas de decreto
251 para regulamentar os programas de expansão de energia renovável e de

252 eficiência energética.” Presidente Alexandre Magrineli dos Reis: “Lembrando
253 que nós precisamos que o projeto de energia e mudanças climáticas que está
254 na Assembleia seja retomado. Porque já é um anseio antigo nosso nesse
255 sentido e que na última legislatura não houve andamento. Então é essencial
256 para nós essa movimentação, esse retorno na Assembleia. Na verdade, é uma
257 política escalonada. Podemos transportar isso para o projeto de lei agora,
258 devemos fazer isso, mas seria melhor, nessa construção de uma política mais
259 consistente, mais robusta, a retomada desse projeto também.” Conselheiro
260 Thiago Salles de Carvalho: “Só para pensarmos aqui, ao longo do tempo, como
261 isso vai acontecer. Primeiro, o projeto de lei passa na Assembleia, depois volta
262 aqui para a Câmara para que haja uma discussão técnica? Vai ter abertura para
263 essa discussão técnica em relação a contribuições? O que vocês pensam em
264 relação a essas contribuições? Vai ser aberto um prazo, uma espécie de
265 audiência pública?” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Como a Câmara tem
266 caráter deliberativo também, nós temos como objetivo trazer a minuta, que
267 normalmente é enviada com prazo de 10 a 15 dias antes. Então vocês têm esse
268 tempo para analisar, e aqui na própria Câmara nós vamos discutir as
269 contribuições dos conselheiros, a viabilidade em termos de texto. E, caso tenha
270 qualquer objeção, as contribuições poderão ser enviadas, posteriormente, e,
271 dada a pertinência, serão acolhidas. O nosso objetivo é esse.” Presidente
272 Alexandre Magrineli dos Reis: “Eu só queria fazer um comentário aqui. Nós
273 estivemos em um evento discutindo a questão da mineração no Estado, e o
274 presidente Roscoe, da Fiemg, colocou muito claramente um desejo, um
275 movimento da entidade, no sentido de que a indústria mineira diversifique suas
276 atividades econômicas de modo a tentar, de médio a longo prazo, diminuir a
277 dependência da questão de commodity, especialmente na questão da
278 commodity minerária. Que a nossa economia consiga sair disso. Se eu me
279 lembro bem, uma das telas iniciais da apresentação do presidente Roscoe foi
280 sobre atividades para as quais eles estão buscando algum tipo de fomento, não
281 só público, mas entre eles mesmos, no setor industrial mesmo, para promover
282 uma ativação. E eu me lembro claramente da questão de energias. Se
283 pudessem levar essa apresentação, encaminhar à direção da Fiemg,
284 especialmente ao presidente Roscoe, porque é quase um roteiro de bolo de
285 como fazer aqui agora. Até para podermos aprofundar a discussão, não só com
286 a Fiemg, mas também com outros setores, de firmar parcerias que consigam
287 dar consistência e apoio não só público, mas apoio do mercado, a esse cenário
288 de eficiência energética. Se eu tenho um cenário – se eu estiver errado, me
289 corrijam – em que o custo do referencial em relação ao moderado, por exemplo,
290 é quase o mesmo valor inicial... É isso?” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Em
291 termos de sistema elétrico, o moderado e o avançado são mais caros do que o
292 referência.” Presidente Alexandre Magrineli dos Reis: “Mas pagam mais barato.
293 Não é isso?” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Sim, a médio e longo.”
294 Presidente Alexandre Magrineli dos Reis: “Se eu somar a fala do presidente

295 Roscoe com aquela velha ideia da Rio+20 em relação à economia verde, eu
296 tenho uma construção de cenário, uma ligação de economia de baixo carbono
297 consistente pronta. Se nós queremos sair ou diminuir a dependência da questão
298 da commodity minerária – foi muito clara a fala dele nesse sentido –, eu acho
299 que uma atenção da Fiemg nesse tema, para pensarmos em parceria, não só a
300 Fiemg, mas outras entidades, seria muito interessante. Então se puderem
301 depois até encaminhar cópia da apresentação para a presidência da Fiemg,
302 seria bom para nós, para podermos conversar mais sobre esse assunto.” 7)
303 **ANDAMENTO DO PROJETO CLIMA NA PRÁTICA. Apresentação: FEAM.**
304 Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM fez apresentação sobre o andamento
305 do Projeto Clima na Prática. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site
306 da SEMAD. Manifestações. Presidente Alexandre Magrineli dos Reis: “Eu
307 agradeço e parabenizo a Larissa. É um ótimo projeto. Lembrando dos tempos
308 da Rio 92, da Agenda 21, a ação local em relação à estabilidade, no caso,
309 agora, tentar uma construção de ação local em relação a mudanças climáticas.
310 É uma iniciativa muito louvável, ainda mais com a parceria com um velho ente
311 de parceria que é o governo francês.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Eu
312 tinha tratado disso aqui na última apresentação, indicado Mariana e Janaúba,
313 ligado para os prefeitos Duarte e Isaildon, que é meu primo, de Janaúba. E eles
314 não tinham sido contactados. Então eu esqueci do assunto. Eu vou pedir
315 permissão para passar a notícia para eles também.” Larissa Assunção Oliveira
316 Santos/FEAM: “Você não gostaria de esperar?” Conselheiro Rogério Pena
317 Siqueira: “Posso esperar.” Presidente Alexandre Magrineli dos Reis: “Nesta
318 semana, vamos resolver isso.” Conselheiro Alison Frederico Medeiros Ferreira:
319 “Eu gostaria de tirar uma dúvida sobre a questão da ferramenta. Você comentou
320 que o objetivo principal é a definição de ações de mitigação, adaptação e
321 controle.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Tem mitigação, mas,
322 sobretudo, adaptação. É uma ferramenta muito de adaptação.” Conselheiro
323 Alison Frederico Medeiros Ferreira: “A minha dúvida é como, na verdade, vamos
324 chegar a essa definição. Existe um passo anterior, que seria o diagnóstico das
325 emissões daquele município? Para que possamos definir quais são as maiores
326 emissões, as principais fontes a serem atacadas. Como vamos trabalhar isso?
327 Ou seria mesmo uma questão mais referencial de dado secundário e esse tipo
328 de coisa?” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Na verdade, não temos
329 registro sobre isso, de inventário municipal desses municípios. Nós temos um
330 inventário estadual, que, inclusive, necessita ser atualizado, mas, por questão
331 de equipe reduzida, não teve como. Nós temos uma ferramenta de estimativas
332 municipais, e por algum motivo essa ferramenta não foi utilizada, talvez por falta
333 de divulgação para os municípios. Então seria uma ferramenta interessante que
334 o município a preenchesse, porque aí teríamos uma noção. Agora, quando eu
335 falei que tem a questão de mitigação, mas, sobretudo, de adaptação, é muito
336 ligado também ao Índice Mineiro de Vulnerabilidade, que nós desenvolvemos. E
337 também percebemos que, em questão de mudança climática, as ações de

338 adaptação são mais fáceis de serem fomentadas e, a curto prazo, trazem mais
339 resultado, mais ganho, porque você vai ver ali a redução da vulnerabilidade.
340 Quando falamos de mudança climática, as emissões são globais, mas o
341 impacto é local. Sim, traz a questão de mitigação, até porque algumas ações de
342 adaptação trazem a mitigação de forma secundária e vice-versa, mas a questão
343 de adaptação é muito forte por causa disso.” Conselheiro Alison Frederico
344 Medeiros Ferreira: “Talvez seria interessante, antes da visita prévia que vocês
345 vão fazer, pedir para preencherem.” Conselheira Laura de Moraes Andrade
346 Coutinho: “Eu queria parabenizar a Morjana e a Larissa pelas apresentações.
347 Os dois projetos são muito legais. A Sede já vem acompanhando todo esse
348 processo da FEAM, e nós estamos à disposição para ajudar na definição do
349 escopo, quais medidas essas cidades podem adotar na parte de transporte.
350 Estamos com a Diretoria de Logística lá agora, então o nosso corpo técnico
351 cresceu, e no que vocês precisarem estaremos à disposição, não só no Clima
352 na Prática como no projeto que a Morjana apresentou.” Então, parabéns.”
353 Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Obrigada, Laura. E pode ter certeza
354 de que vamos utilizar da colaboração da Sede. Somos parceiros já há muito
355 tempo, desde o início do Plano de Energia e Mudanças Climáticas, e a Sede
356 sempre nos ajudou bastante.” Conselheira Carla Raquel Fonseca Corrêa: “Eu vi
357 que foram determinadas três ações para o setor agropecuário e queria entender
358 um pouco sobre como foram determinadas essas ações, se teve alguma
359 parceria com a Secretaria de Agricultura. Na verdade, eu acho que estou
360 participando da terceira reunião e queria conhecer um pouco.” Larissa
361 Assunção Oliveira Santos/FEAM: “As ações foram definidas, inicialmente, pela
362 consultoria que está trabalhando conosco. E depois nós validamos as ações
363 com algumas pessoas que conhecíamos em alguns pontos focais. Eu
364 simplesmente não me lembro se chegamos à Seapa, mas acho que
365 conversamos com a Seapa e fizemos a ligação com alguém do IEF também. Eu
366 não lembro de cabeça quais são essas três ações. Se você quiser, eu posso
367 enviá-las a você.” Conselheira Carla Raquel Fonseca Corrêa: “Sim, só para
368 termos conhecimento. Eu não sei se outros colegas acabaram conhecendo,
369 mas de qualquer forma eu queria conhecer e vou encaminhar um e-mail.”
370 Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Eu acho que é até uma oportunidade
371 talvez de nos ajudarem dentro dos municípios, porque nós precisamos de
372 suporte técnico.” Conselheira Carla Raquel Fonseca Corrêa: “A Emater está
373 forte nos municípios.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Exatamente.
374 Uma das questões abordadas, quando estávamos discutindo as questões de
375 agropecuária e vegetação, foi dito por pessoas com mais experiência em
376 trabalho com os municípios que deveríamos ter um apoio da Emater, por
377 exemplo. Uma pessoa até falou que, se não houvesse apoio da Emater, talvez
378 seria impossível o desenvolvimento dessa ou dessa ação. Então é algo que já
379 tínhamos pensado, e é muito bom você se colocar à disposição, porque eu
380 tenho certeza de que vamos precisar desse apoio.” Conselheira Carla Raquel

381 Fonseca Corrêa: “Então eu queria parabenizar o trabalho e dizer que a Seapa
382 está à disposição para auxiliar no que for preciso.” **8) ENCERRAMENTO**. Não
383 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente suplente Alexandre
384 Magrineli dos Reis declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

385
386 **APROVAÇÃO DA ATA**
387

388
389 **Alexandre Magrineli dos Reis**
390 **Presidente suplente da Câmara de Políticas**
391 **de Energia e Mudanças Climáticas**